

RELATÓRIO TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO Nº. 01/2025 – RTF

**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA PROGRAMADA (RTF RSU
Nº 1-2025) DO MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO
ATERRO SANITÁRIO DO CONSÓRCIO DO COMPLEXO
NASCENTES DO PANTANAL - MT**

Mirassol D'Oeste-MT, março de 2026

Sumário

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	3
2. APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO	5
3. A FISCALIZAÇÃO	8
4. INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	10
4.1. CONTRATOS	10
4.2. CONTRATO N. 01/2022.....	10
5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.....	10
6. CONSÓRCIO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL	12
6.1. IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS FAVORÁVEIS PARA INSTALAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO	16
6.2. ESTRUTURAS DE MANEJO DE RESÍDUOS DO CONSÓRCIO NASCENTES DO PANTANAL	17
6.2.1. BALANÇA.....	17
6.2.2. TRIAGEM E COMPOSTAGEM	18
6.2.3. ATERRO SANITÁRIO	20
6.2.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS DA SAÚDE	25
6.3. GERAÇÃO, ACONDICIONAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.....	26
6.4. VOLUME DE RESÍDUOS GERADOS NO ATERRO SANITÁRIO POR MUNICÍPIO DO CONSORCIO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL	27
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
ENCERRAMENTO	29

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Uma premissa da atividade regulatória, constitui o exercício da fiscalização, promovendo a mesma no âmbito dos serviços públicos de saneamento básico, compreendido como os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, nos termos da Lei Federal n. 11.445/07, realizados por qualquer prestador de serviços.

A atividade de vistoria compreende em entrevistas realizadas com as equipes normativas e executoras sobre as suas respectivas áreas de atuação, bem como visitas às instalações do prestador, com o objetivo de:

- 1) Aferir informações previamente recebidas;
- 2) Conhecer os procedimentos e relacionamentos das áreas normativas e executoras;
- 3) Verificar a adequação e coerência com os procedimentos especificados pelas áreas normativas; e
- 4) Verificar o cumprimento da legislação em vigor, dos contratos de prestação de serviços, dos instrumentos de Planejamento de Saneamento Básico.

Cabe salientar que essa vistoria inicial tem como objetivo diagnosticar a situação atual da prestação de serviços de manejo de resíduos sólidos e que gradualmente serão inseridas metodologias de trabalho, bem como serão realizados outros levantamentos no que tange à verificação de estruturas pertencentes ao funcionamento dos serviços.

Visualizando o cenário da fiscalização, os principais objetivos da vistoria foram os de verificar “in loco”:

- 1) A situação dos serviços de coleta do município quanto a condições de coleta e de trabalhos aos prestadores;

- 2) Disposição final dos resíduos, quanto as condições do local e se atenda as normas ambientais;
- 3) A situação de atendimento aos usuários quanto a eficácia das prestações de serviço;
- 4) Verificação da sustentabilidade econômico-financeira das prestações de serviço voltados para RSU.

a Agência Regional de Regulação dos Serviços de Saneamento do Complexo Nascentes do Pantanal AGERR/Pantanal possui finalidade de aderir ao consórcio público, tornado integrante dos municípios regulados no abastecimento de água, esgotamento sanitário e, principalmente para esta fiscalização, os resíduos sólidos.

Quadro 1. Principais leis, normas, decretos, resoluções, portarias e normas técnicas que norteiam as fiscalizações realizadas pela AGERR/Pantanal-MT.

Referências legais normativas	Descrição
Lei Federal nº 11.445/2007 e alterações posteriores	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política de saneamento básico e dá outras providências.
Lei Federal n. 12.305/10	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Decreto Federal n. 10.936/2022	Regulamenta a Lei Federal n. 12.305/2010, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Resoluções CONAMA e CONSEMA/MT	Fontes normativas do Direito Ambiental e integram o respectivo marco jurídico, possuindo o status de ato normativo abstrato e genérico similar à legislação em sentido estrito.
Normas regulamentadoras	Disposições complementares ao Capítulo V da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), consistindo em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho.

Normas ABNT	Conjunto de normas destinadas a padronizar técnicas de produção realizadas no país.
Lei Estadual n. 7.862/2002	Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos.
Lei Estadual n. 8.876/2008	Estabelece os procedimentos, as normas e critérios referentes à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e a destinação final do lixo tecnológico.
Lei Municipal Ordinária n. 624/2014	Dispõe sobre a política municipal de saneamento básico, cria o conselho municipal de saneamento e o fundo municipal de saneamento e dá outras providências.

2. APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO

O planejamento da fiscalização inicia-se pelo acolhimento e identificação das demandas registradas, referentes à prestadora, por município e pelo acompanhamento do Cronograma de Fiscalização Regular estipulado anualmente pela regulação. O Manual de Fiscalização abrange os serviços de manejo de resíduos sólidos, considerando a autonomia e atribuições do titular e da prestadora. Por fiscalização, entendem-se duas formas: direta ou indireta. A fiscalização de forma direta está dividida em dois tipos: sob demanda e regular. Na tabela 1, estão expostas as características da fiscalização direta.

Tabela 1 - Abrangência e periodicidade das ações de fiscalização direta.

Modalidade	Tipo	Abrangência	Ação	Período
Direta	Sob Demanda	SAA e SES e atendimento comercial, focado no fato de origem e/ou demais obrigações do prestador junto a AGERR Pantanal.	Eventual Emergencial	Eventual
Direta	Regular	Instalações dos sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário e ou demais obrigações do prestador junto a AGERR Pantanal.	Inicial Acompanhamento Controle	Programada

Cada solicitação de fiscalização será regida por um número de abertura de processo de ação de fiscalização, que deverá ser aberto/ recebido/ reaberto, conforme

cada caso, e encaminhado a Diretoria de Regulação e Fiscalização, a qual direcionará o processo para o setor competente. No recebimento do processo, caberá ao corpo técnico da AGERR Pantanal avaliar a solicitação de fiscalização quanto a sua pertinência e embasamento técnico.

Para fiscalização direta regular é necessário, previamente, analisar os resultados das fiscalizações anteriores e os relatórios anuais do prestador com os indicadores de desempenho previstos nos contratos e/ou os demais elementos informativos apresentados pelo município e pelo prestador, enfatizando aqueles aspectos apontados como deficientes, e para os quais o prestador deveria ter adotado medidas para melhoria da qualidade dos serviços ou da sua eficiência. Para fiscalização direta sob demanda, quando necessário, conforme a matriz da demanda, a fiscalização deverá analisar resultados de fiscalizações anteriores, verificando o histórico de reincidência de fatos e manifestação das partes.

A fiscalização da AGERR/Pantanal, deverá previamente, analisar a legislação aplicável, os contratos de programa ou os contratos de concessão, conforme o caso, além dos planos municipais de saneamento básico, planos de resíduos sólidos urbanos e demais instrumentos de planejamento, visando atualizar os critérios e exigências a serem adotados nos procedimentos de fiscalização. Na figura 1, está demonstrado o fluxograma do planejamento da fiscalização.

Figura 1 - Fluxograma do planejamento de Fiscalização



FONTE – Manual de Fiscalização AGERR Pantanal

No início do ciclo de fiscalização a AGERR PANTANAL enviará um ofício para a alta direção do prestador a ser fiscalizado, informando o período dos trabalhos, os

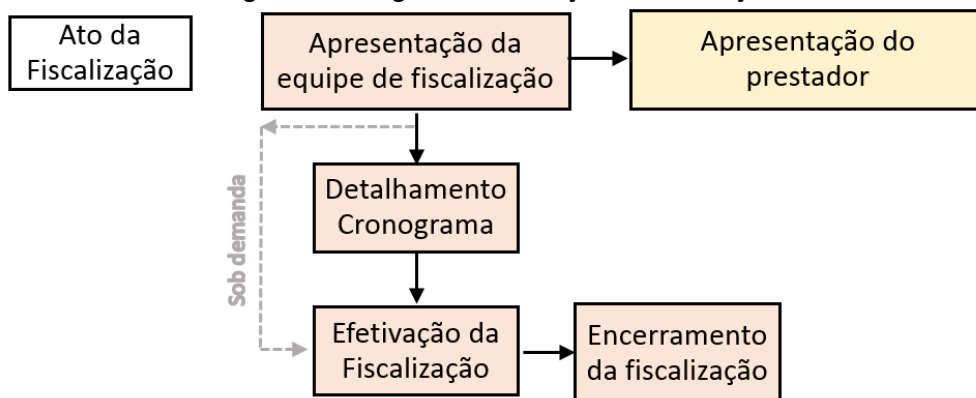
participantes da fiscalização e o respectivo coordenador, bem como a documentação e os recursos que deverão ser disponibilizados previamente e durante os procedimentos de fiscalização. A emissão do ofício deve ser feita com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação ao período previsto para início das atividades de fiscalização.

Em anexo ao ofício, será encaminhada uma relação dos dados e documentos necessários à execução dos trabalhos de fiscalização, conforme modelo constante neste manual. Uma parte dos documentos listados nessa relação deverá ser encaminhada previamente pelo prestador à agência de regulação, e a parte restante deverá ser disponibilizada no próprio prestador quando da execução da fiscalização. O prazo para recebimento das informações solicitadas previamente da realização da fiscalização é fixado em 10 (dez) dias úteis em relação ao início das atividades de campo.

No conjunto das informações remetidas pela empresa a equipe fiscalizadora deverá registrar os pontos de destaque a serem considerados e anotar todos os aspectos relevantes para a garantia do bom andamento dos trabalhos durante a fiscalização.

A fiscalização realizada junto as estruturas de manejo de resíduos do Aterro Sanitário foram da modalidade direta, do tipo regular, seguindo o cronograma pré-definido. Os procedimentos foram executados conforme Manual de Fiscalização, baseando-se no fluxograma da Figura 2 para realizar suas etapas. Com a coleta de informações e documentos ocorrida pela equipe de fiscalização foi estruturado o planejamento a ser executado, visto que as informações solicitadas não foram encaminhadas previamente.

Figura 2 - Fluxograma de Execução da Fiscalização



FONTE – Manual de Fiscalização AGERR Pantanal.

A fiscalização foi planejada para um dia, havendo uma reunião, marcando o início das atividades, na qual a equipe da AGERR/Pantanal-MT fez alguns questionamentos e apontamentos a respeito do manejo de resíduos sólidos do CONSÓRCIO Complexo Nascentes do Pantanal, sendo montado um cronograma de visitas em locais onde existiam etapas do sistema para que fosse feita uma vistoria.

3. A FISCALIZAÇÃO

A fiscalização ocorreu no Aterro Sanitário do Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal, localizado no município de Mirassol D'Oeste em Mato Grosso (Coordenadas: 15°38'32.68"S; 58°4'43.05"O). Os trabalhos foram iniciados com uma reunião, marcando o início das atividades, na qual a equipe de fiscalização relatou as reponsabilidades de seus membros, apresentando o cronograma de atividades (conforme registrado em Ata de Reunião de Abertura). Com todos os cientes do planejamento, a fiscalização foi executada. A fiscalização encerrou-se após a verificação e coleta de dados propostos.

4. INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A AGERR Pantanal em seu procedimento de vistoria baseia-se em resoluções e instruções normativas próprias, leis, decretos, portarias, normas técnicas de outras instituições, as quais definem os regramentos sobre o tema em questão. Por este motivo, neste relatório iremos citar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Consócio Nascentes do Pantanal (PGIRS), no que diz o eixo dos resíduos sólidos, com o objetivo de servir de lastro para o trabalho contínuo de normatização e fiscalização.

4.1. CONTRATOS

Os contratos de prestação de serviços de manejo dos resíduos sólidos servirão de instrumento para o processo de regulação e fiscalização pela AGERR Pantanal. Com base nesses instrumentos, a equipe estruturará um planejamento para as atividades em busca da eficiência dos serviços, bem como do alcance de metas e exigências já mencionadas neste relatório.

4.2. CONTRATO N. 01/2022

O contrato de programa n. 01/2022 estabelece o consórcio público de saneamento/resíduos sólidos, que celebram entre si, o consórcio intermunicipal de desenvolvimento econômico, social ambiental e turístico do complexo nascentes do pantanal e dos municípios consorciados de Araputanga, Curvelândia, Glória D'Oeste, Figueirópolis D'Oeste, Porto Esperidião, Lambari D'Oeste, Indiavaí, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Mirassol D'Oeste e Jauru, com finalidade de realizar a disposição final de resíduos sólidos domiciliares classe II.

5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A avaliação da qualidade, efetividade e sustentabilidade da prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos demanda análises qualitativas,

quantitativas e uma caracterização mais precisa dos seguintes indicadores operacionais e gerenciais:

- Recursos humanos;
- Equipamentos;
- Custos diretos e indiretos;
- Calendários, cronogramas e roteiros, entre outros.

Após a obtenção detalhada destes dados será possível avaliar e planejar a sustentabilidade da prestação dos serviços. É importante mencionar que a Lei de Saneamento Básico afirma que os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, com remuneração pela cobrança dos serviços aos usuários, mediante taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Estabelece ainda que poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços e que, quando da instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- I - Prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;
- II - Ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;
- III - Geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;
- IV - Inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;
- V - Recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;
- VI - Remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;
- VII - Estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os

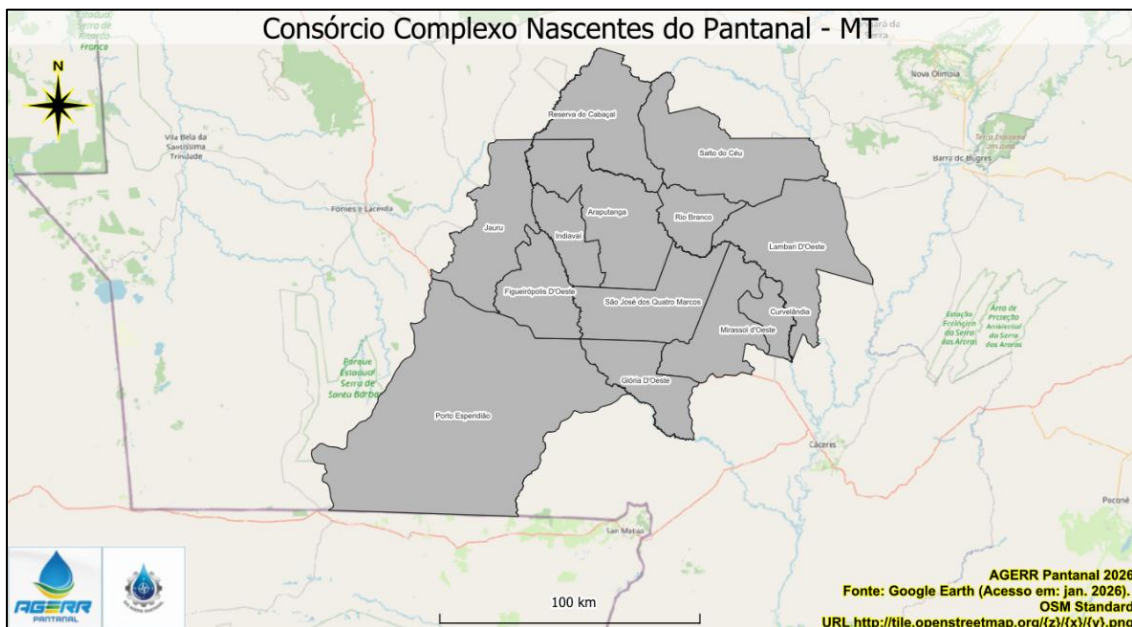
níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - Incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Ressalta-se que a qualidade da prestação dos serviços públicos de saneamento básico está intimamente correlacionada aos investimentos aplicados nas operações. Em vista disto, o planejamento da recuperação dos custos e dos investimentos deve atender à demanda exigida pelas necessidades do município, possibilitando o atingimento da eficácia.

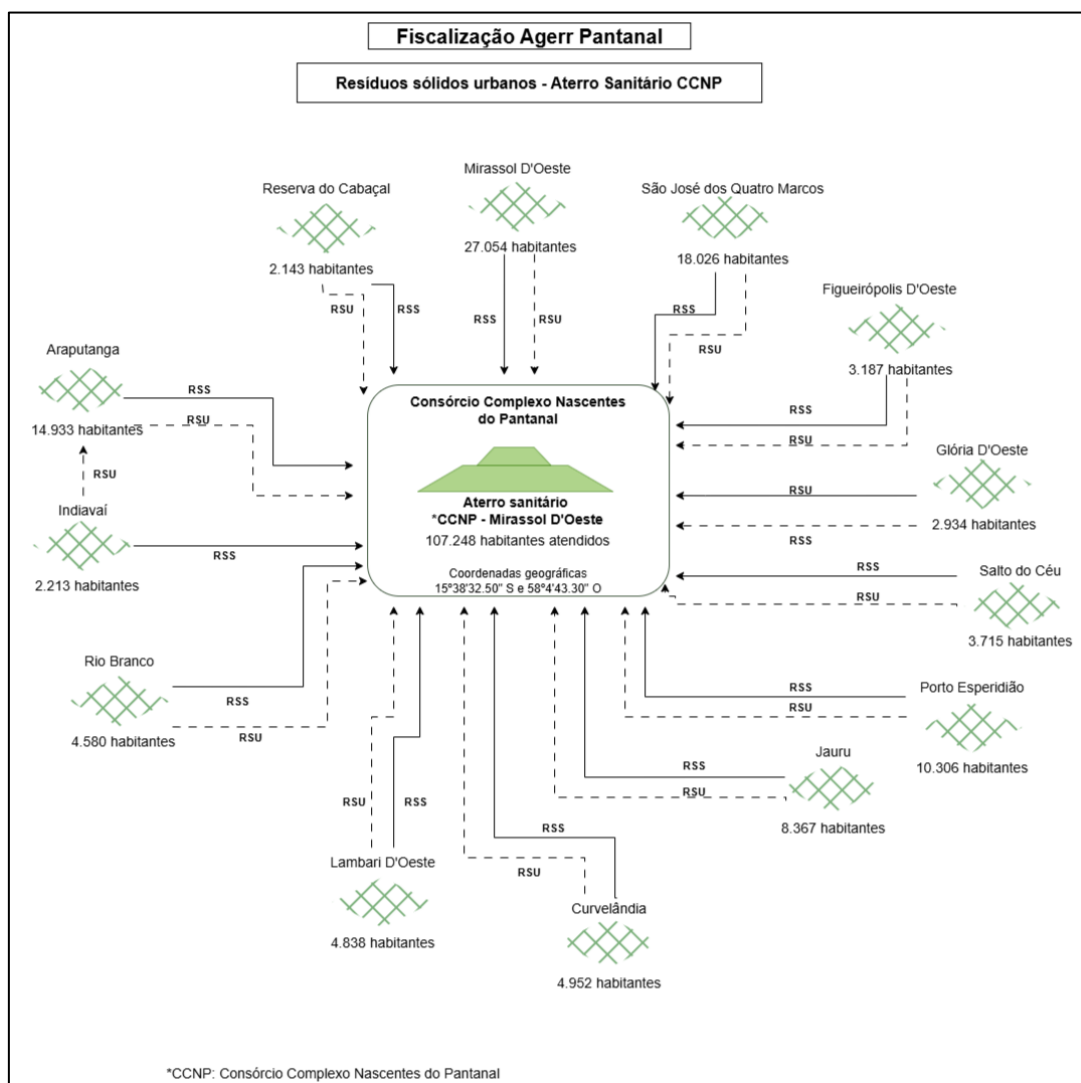
6. CONSÓRCIO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

O Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal é formado por 13 municípios do Estado de Mato Grosso: Araputanga, Curvelândia, Porto Esperidião, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Figueirópolis D'Oeste, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos. O Consórcio fica localizado na Região Oeste de Mato Grosso, com uma área total de 17.596 km² e com uma densidade demográfica de 6,38 hab.km⁻².



2 – Mapa de localização dos Municípios que compõem o Consórcio Nascentes do Pantanal - SIG AGERR Pantanal.

O Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal foi firmado no ano de 2007 por meio de um protocolo de intenções. No entanto, este foi ratificado fazendo com que dois novos municípios se tornassem membros deste, sendo que em 2011 o município de Jauru passou a integrar o consórcio e no ano de 2013 o município de Figueirópolis do D'Oeste. Desta forma, atualmente, o consórcio é formado por 13 municípios do estado de Mato Grosso: Araputanga, Curvelândia, Porto Esperidião, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Figueirópolis D'Oeste, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos. A sua sede fica localizada no município de São José dos Quatro Marcos. O organograma abaixo representa os municípios que realizam a disposição final de resíduos sólidos no aterro sanitário do Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal.



A gestão do consórcio inclui a administração e operação das seguintes estruturas de manejo de resíduos: balança de pesagem, aterro sanitário e tratamento dos resíduos da saúde. Além disso, há uma equipe responsável pela educação ambiental.

O objetivo do consórcio é que todos os municípios realizem o serviço da coleta seletiva, visto que se este for realizado de forma eficaz proporcionará a redução do volume de rejeitos destinados ao aterro sanitário, o que, consequentemente, possibilitará o aumento de sua vida útil.

A equipe técnica do consórcio visando obter uma maior eficácia por meio da coleta seletiva confeccionou sacos específicos para a disposição de resíduos recicláveis. Inicialmente foi desenvolvido um projeto piloto com o uso de sacola plástica, porém esta primeira alternativa não foi eficiente, pois não houve uma grande adesão por parte da população e pelo fato deste não ser resistente. Na figura 4 é possível visualizar a primeira opção de sacola utilizada à esquerda. Um novo modelo de saco para descarte de resíduos foi desenvolvido, o qual apresentou uma maior eficácia no uso. O saco é feito de rafia e possui impresso em sua superfície os materiais que são recicláveis e que podem ser descartados neste. Na figura à direita, está o registro fotográfico do saco distribuído para a população.



Figura 4 - FONTE: Acervo do autor (2023).

Nos municípios em que a coleta seletiva já foi implementada, realizou-se uma ação de educação ambiental para conscientização da população. A atividade foi executada de forma integrada por uma equipe técnica do consórcio, membros da associação responsável pela triagem do material da coleta seletiva e agentes comunitários de saúde da Prefeitura Municipal.

A equipe multisetorial visitou todas as residências, as quais teriam acesso ao serviço de coleta seletiva. De modo geral, foram disponibilizados dois sacos de rafia em cada economia. Na ação foi explicado sobre como este deveria ser utilizado e foram distribuídos folders expositivos. Na prática, os resíduos são descartados por meio de um dos sacos, sendo que nos dias previstos no cronograma o caminhão da coleta seletiva o recolhe e outro é devolvido pela equipe que está realizando a coleta, para que seja

utilizado para o armazenamento dos resíduos até a próxima coleta. Na figura 5, é possível observar um dos materiais utilizados na ação educativa.



Figura 5 - FONTE: Acervo do autor (2023).

Os membros do consórcio informaram também que foram desenvolvidas atividades de educação ambiental em escolas e postos de saúde dos municípios. Além disso, de modo permanente, são distribuídos folders pelo consórcio a estes departamentos públicos para que fiquem à disposição da população.

6.1. IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS FAVORÁVEIS PARA INSTALAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO

Em 2014 realizou-se um estudo para definir a área mais favorável para instalação do aterro sanitário. A área pré-aprovada para construção do aterro em Mirassol D'Oeste era uma alternativa que atendia aos critérios ambientais, operacionais e de logística.

A área localizada na zona rural de Mirassol D'Oeste recebeu a aprovação do Órgão Ambiental Estadual, que emitiu a Licença Prévia em 06/05/2010 e a Licença de Instalação em 30/06/2011. O projeto deste foi concebido dentro de todas as normas

técnicas da área civil e da Política Nacional de Resíduos Sólidos, sendo esta executada por meio de um convênio com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

6.2. ESTRUTURAS DE MANEJO DE RESÍDUOS DO CONSÓRCIO NASCENTES DO PANTANAL

Na figura 6 é possível visualizar a localização das estruturas de manejo de resíduos, as quais são operadas pelo Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal, estando situadas no Município de Mirassol D'Oeste. Estas são compostas por: balança (15°38'24.29"S; 58°4'41.67"O), triagem e compostagem (15°38'34.536" S; 58° 4' 40.710" O), célula I (15°38'33.67"S; 58°4'45.33"O), célula II (15°38'31.55"S; 58°4'41.52"O), área de tratamento do chorume (15°38'31.55"S; 58°4'49.07"O) e área de tratamento de resíduos da saúde (15°38'34.33"S;58°4'40.97"O).



Figura 6 - FONTE: Disponível em Google Earth PRO. Acesso em: 19 de janeiro de 2026.

6.2.1. BALANÇA

Os rejeitos encaminhados para o aterro sanitário do consórcio são pesados por meio de uma balança. O equipamento fica instalado na entrada do aterro sanitário. Os

caminhões coletores de resíduos são pesados na entrada e na saída e a diferença entre as pesagens é registrada para se obter a quantidade de resíduos. O procedimento é repetido para cada caminhão proveniente de cada município. Após a primeira pesagem o caminhão desloca-se até o aterro sanitário onde é feita disposição final do material. Na figura 7 é possível visualizar o procedimento de pesagem do caminhão.



Figura 7 - FONTE: Fiscalização Agerr Pantanal (2025).

Durante a fiscalização foram apresentados registros das pesagens em meio digital (planilha Excel). A determinação do valor a ser pago para a disposição final dos rejeitos no aterro sanitário, por cada município, é feita por meio de uma estimativa. Esta constitui-se do cálculo da média dos registros de 6 meses de pesagem dos rejeitos, sendo estimado o valor médio referente ao total mensal de rejeitos de cada município. A partir do peso médio dos últimos 6 meses é definido o valor a ser pago por cada município. O valor arrecado é utilizado para manutenção do aterro sanitário e será utilizado em futuras ampliações deste, como a instalação de novas células.

6.2.2. TRIAGEM E COMPOSTAGEM

As unidades de triagem e compostagem têm como finalidade a separação dos resíduos sólidos e o tratamento da fração orgânica, promovendo a valorização dos materiais e contribuindo para o aumento da vida útil do aterro sanitário. O

empreendimento dispõe de ambas as instalações, devidamente cercadas para impedir o acesso de agentes externos e com piso pavimentado. Contudo, as unidades encontram-se atualmente inoperantes, uma vez que os colaboradores não possuem treinamento ou formação técnica adequada para a execução das atividades. As figuras a seguir ilustram a área destinada às atividades de triagem de resíduos.





Figura 8 - FONTE: Fiscalização Agerr Pantanal (2025).

6.2.3. ATERRO SANITÁRIO

As células (nome dado ao local de destinação final do rejeito) recebem as cargas de rejeito de todos os municípios consorciados. Os caminhões fazem a destinação final dos rejeitos na célula, após ser realizada a pesagem, conforme descrito anteriormente. Uma máquina, trator de esteira, faz o arranjo do material na superfície e logo em seguida esse rejeito é aterrado. De acordo com a equipe técnica do consórcio, a vida útil do aterro gira em torno de 20 anos. Na figura 9 é possível visualizar a célula que está sendo utilizada e a que está em construção.



Figura 9 - FONTE: Fiscalização Agerr Pantanal (2025).

O aterro possui um sistema de drenagem e recirculação do chorume por meio de uma estação elevatória e de uma caminhão-pipa. Este também é composto de um sistema de drenagem do metano.



Figura 10 - FONTE: Fiscalização Agerr Pantanal (2025).

O chorume coletado de ambas as células do aterro sanitário recebe o tratamento por meio de um sistema de lagoas de estabilização. O volume drenado é encaminhado primeiramente para um tanque de equalização. Em seguida, é destinado a uma lagoa anaeróbica. Após é armazenado em uma lagoa intermediária. Por fim, é transferido para uma lagoa facultativa. Conforme descrito anteriormente, este é recirculado, por meio de um sistema de bombeamento e por um caminhão-pipa. Na figura abaixo é possível visualizar essas estruturas.



Figura 11 - FONTE: Fiscalização Agerr Pantanal (2025).

O aterro sanitário conta uma unidade de transbordo de pneus que são armazenados antes de sua devida destinação.



Figura 12 - FONTE: Fiscalização Agerr Pantanal (2025).

6.2.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS DA SAÚDE

Todo resíduo de serviço de saúde da rede pública dos municípios do Consórcio Nascentes do Pantanal é destinado para o centro de tratamento existente no aterro sanitário. A coleta é feita por uma van, disponibilizada pelo consórcio, e ao chegar no aterro o resíduo é armazenado em uma câmara fria, após isso o resíduo passa pela esterilização em autoclave, já esterilizado o resíduo é triturado e disposto na célula do aterro sanitário. A área conta com uma balança digital para pesagem e está devidamente isolada.

Já os resíduos de saúde da rede particular possuem contrato com empresas terceirizadas que passam periodicamente para coletar e fazer a destinação adequada. Nas figuras abaixo é possível visualizar as estruturas utilizadas para o tratamento dos resíduos da saúde.





Figura 13 - FONTE: Fiscalização Agerr Pantanal (2025).

6.3. GERAÇÃO, ACONDICIONAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

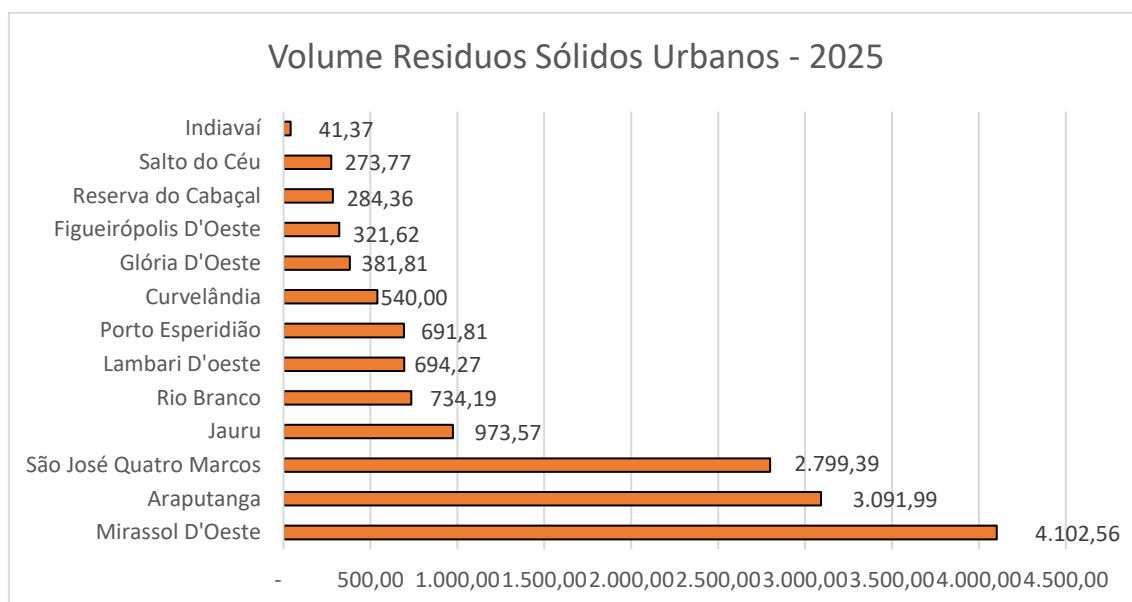
As principais prerrogativas das leis de resíduos sólidos e saneamento básico são a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Cabe ao município, estabelecer diretrizes, metas e estratégias que assegurem, facilitem e incentivem as ações abaixo, com vista a sanar esta problemática:

- Intensificação das campanhas de educação ambiental que visam ao consumo sustentável e segregação dos resíduos na fonte;
- Refinamento do Programa de Coleta Seletiva e triagem dos resíduos;
- Investimento e ampliação de parcerias junto a cooperativas;
- Atendimento à logística reversa e responsabilidade compartilhada;
- Planejamento e definição de metas para a redução do encaminhamento dos materiais recicláveis e resíduos orgânicos ao aterro sanitário, tomando-se como base a versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

- Incentivo e apoio ao mercado de reciclagem;
- Planejamento para a implantação/ampliação de empreendimentos que priorizem a valorização e beneficiamento dos resíduos sólidos, anteriormente a seu descarte final, tais como centros de triagem, compostagem etc.

6.4. VOLUME DE RESÍDUOS GERADOS NO ATERRO SANITÁRIO POR MUNICÍPIO DO CONSORCIO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Volume de Resíduos Sólidos Urbanos em 2025 do Consorcio (toneladas/ano)



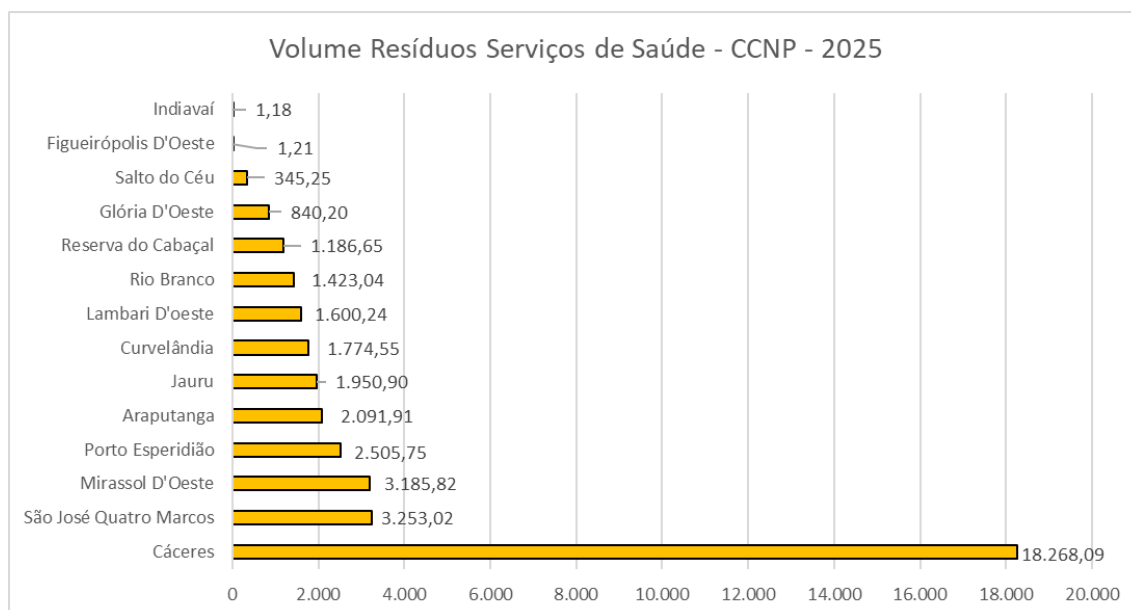
Municípios	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	Total
Mirassol D'Oeste	410,73	374,92	368,68	384,78	377,23	331,80	364,45	343,28	364,54	381,82	372,77	27,55	4.102,56
Araputanga	289,52	286,83	260,52	293,25	268,37	247,10	251,15	253,99	262,93	371,63	275,70	31,00	3.091,99
São José Quatro Marcos	272,93	262,31	248,95	255,94	251,30	241,85	249,84	235,82	238,55	263,59	246,94	31,37	2.799,39
Jauru	142,55	124,29	108,88	61,31	91,17	76,89	82,77	67,90	72,44	61,11	70,95	13,31	973,57
Rio Branco	82,51	68,67	54,72	69,27	64,77	64,83	62,91	59,31	65,04	66,14	67,08	8,94	734,19
Lambari D'oeste	82,49	68,93	47,75	58,53	66,11	57,42	60,46	64,60	62,21	56,51	69,26	-	694,27
Porto Esperidião	58,65	106,11	40,62	64,47	64,38	68,52	59,51	55,49	55,71	55,73	48,95	13,67	691,81
Curvelândia	54,03	52,30	47,36	46,46	48,24	48,51	44,26	42,58	48,50	55,93	47,90	3,93	540,00
Glória D'Oeste	38,97	37,14	31,87	35,15	31,31	34,42	36,23	33,44	35,00	29,84	33,22	5,22	381,81
Figueirópolis D'Oeste	30,45	31,25	28,70	35,43	26,07	24,67	30,94	24,90	30,54	23,59	27,05	8,03	321,62
Reserva do Cabaçal	41,83	30,31	31,50	28,30	36,83	9,55	17,30	19,87	18,89	27,51	22,47	-	284,36
Salto do Céu	28,01	28,15	24,62	24,65	23,22	24,71	22,38	24,95	22,29	22,27	25,97	2,55	273,77
Indiavaí	3,73	-	4,67	3,44	7,45	7,83	6,91	-	1,62	3,80	1,92	-	41,37

14 - Volume RSU ano 2025 - Fonte: CCNP

Volume de Resíduos Serviços de Saúde em 2025 do Consorcio CCNP (Kg/mês)

Municípios	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	Total
Cáceres	2.991,20	1.767,85	1.487,85	2.173,41	1.007,70	1.543,77	899,53	1.816,94	1.496,04	1.400,60	1.163,20	520,00	18.268,09
São José Quatro Marcos	296,55	254,50	343,10	325,05	354,35	277,71	239,95	350,41	258,15	291,40	261,85	-	3.253,02
Mirassol D'Oeste	-	470,00	263,10	339,75	296,25	346,80	243,77	333,25	251,35	407,30	234,25	-	3.185,82
Porto Esperidião	230,65	154,65	116,90	120,00	238,85	103,15	124,00	227,90	331,40	308,75	549,50	-	2.505,75
Araputanga	199,80	186,93	146,03	197,10	209,15	180,80	225,55	243,35	151,05	211,50	140,65	-	2.091,91
Jauru	142,15	173,70	93,95	168,55	220,00	225,90	167,75	159,30	169,00	165,00	160,50	105,10	1.950,90
Curvelândia	211,85	163,85	133,30	140,25	180,70	128,50	130,40	182,30	177,10	200,10	126,20	-	1.774,55
Lambari D'Oeste	190,10	185,45	175,64	178,50	188,15	140,00	114,95	51,25	180,00	123,55	72,65	-	1.600,24
Rio Branco	113,74	92,05	82,20	101,80	186,40	129,30	123,95	147,50	128,80	179,45	137,85	-	1.423,04
Reserva do Cabaçal	80,95	58,50	44,80	119,45	115,50	77,25	71,85	125,90	207,60	125,90	88,60	70,35	1.186,65
Glória D'Oeste	62,95	36,50	28,40	56,65	104,90	57,80	48,30	108,25	100,15	127,85	108,45	-	840,20
Salto do Céu	45,30	29,20	22,05	24,05	25,20	23,35	21,50	56,95	25,30	54,05	18,30	-	345,25
Figueirópolis D'Oeste	0,08	0,06	0,06	0,08	0,13	0,11	0,14	0,09	0,08	0,19	0,10	0,09	1,21
Indiavaí	0,12	0,09	0,07	0,10	0,13	0,10	0,10	0,14	0,07	0,11	0,09	0,06	1,18

15 - Volume RSS ano 2025 - Fonte: CCNP



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da fiscalização executada, foram identificadas não-conformidades (NC) que seguem anexas a este relatório, no documento intitulado Termo de Não-Conformidades (TNC).

Sem mais para acrescentar, do ponto vista técnico das condições físicas, de equipamentos e de qualidade.

Deve a prestadora dos serviços providenciar, pessoalmente ou por provocação aos terceiros competentes, a conformação dos itens descritos, relativos às suas instalações, seus equipamentos e seus serviços, com o intuito de concorrer para uma

prestação eficiente dos serviços públicos de abastecimento de água, objetivando o pleno atendimento dos seus usuários e a proteção do meio ambiente.

ENCERRAMENTO

Estes signatários apresentam o presente trabalho concluído, composto por 31 (trinta e uma) folhas digitadas em apenas um lado, colocando-se à disposição para eventuais esclarecimentos.

Mirassol d'Oeste, 17 de março de 2026.

Participantes da Fiscalização:

Eng.º Paulo Mário C. Cardoso
Diretor Técnico Operacional
AGERR Pantanal -MT

Pérciles S. Cruz
Diretor Adm.- Financeiro
AGERR Pantanal - MT

Luciana N. Silva
Diretora Geral
AGERR Pantanal - MT

Rodney Ferreira Nunes Junior
Estagiário Engenharia
AGERR Pantanal - MT

Responsáveis pelo Relatório:

Eng.º Paulo Mário C. Cardoso
Diretor Técnico Operacional
AGERR Pantanal -MT

Amanda Leticia Silva Santos
Estagiário Engenharia
AGERR Pantanal - MT

Rodney Ferreira Nunes Junior
Estagiário Engenharia
AGERR Pantanal - MT

De Acordo:

Eng.ª Luciana Nascimento Silva
Diretora Geral
AGERR Pantanal -MT

ANEXO (S)

Ata de Abertura

Termo de Não Conformidade - TNC